CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1505/77

INTERESSADO - Currículo - Escritório de Assistência Técnica à Escola S/C Ltda.

ASSUNTO - Consulta sobre a possibilidade de se fazer a escola representar por procurador perante o Conselho

RELATOR - Cons° Renato Alberto Teodoro Di Dio

PARECER CEE N° 1051/77 - CLN - Aprovado em 30/11/77

I - RELATÓRIO

HISTÓRICO:

Currículo Escritório do Assistência Técnica a Escola S/C Ltda. , com sede à Rua Cardoso de Almeida n° 23, 1° andar, s. 13, nesta Capital, por seu Diretor Henrique da Silva Cabrera, consulta este Conselho sobre a possibilidade de representar, como procuradora, nos processos de instalação e funcionamento de cursos supletivos, o Colégio Comercial "Santo Antônio de Limeira, a Escola de 1° e 2° Graus "D. Pedro II", de Lucélia e a Escola de 1° e 2° Graus "Iara Maria Coimbra", de Ipuã.

Devolvidos que foram aos interessados para reformulação, os planos refeitos voltarem às Câmaras do 1° e 2° Graus, que, após convidarem os diretores das escolas o prestar esclarecimentos, não concordaram em tratar do assunto com a consulente.

APRECIÇÃO:

Mandato deriva de manum dare. No Direito Romano, quem dava o encargo e quem o recebia apertavam a mão: um como prova de confiança e outro para atestar sua aceitação.

Diz o Art. 1.288 do Código Civil: "Opera-se o mandato, quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos, ou administrar interesses.

A procuração é o instrumento do mandato".

"Em regra, qualquer ato jurídico pode ser objeto de mandato. Ha, porém, alguns que somente pela própria pessoa podem ser praticados, em relação aos quais não é possível a representação. Acham-se nessas condições o testamento e a testamentária. O primeiro caso resulta da própria natureza do ato, (o grifo e nosso) , o segundo foi, expressamente, consignado em lei (Art. 1746). Os poderes, que se originam do estado do família, são lambem indelegáveis de modo geral. O pai não pode delegar o pátrio poder; o marido não pode delegar o direito de autorizar a mulher a realizar atos para os quais seja necessária a sua outorga, o tutor não pode delegar a tutoria." (Clóvis Beviláqua, Código Civil Comentado, Vol. V, 5ª Edição, Livraria Francisco Alves, São Paulo 1943, p. 30).

Verifica-se, pois, que ha duas exceções ao principio geral do que todo o qualquer ato pode ser praticado por procuração: a) a natureza do ato e b) a proibição legal.

No campo da Educação, a maioria senão a totalidade

dos atos praticados por professores, alunos e administradores é indelegável por natureza. Assim, o estudante não pode prestar exame por procuração; nem pode o professor conferir a outrem poderes para dar aula; nem é admissível que o diretor administre a escola por interposta pessoa. Ainda: não se compreende como um orientador pedagógico possa fazer-se representar, perante o aluno ou perante o corpo docente, no exercício de suas funções de aconselhamento.

Trata-se de obrigações e direitos personalíssimos e, por conseguinte, indelegáveis. Além disso, como de cada um dos indivíduos envolvidos no processo ensino-aprendizagem se exigem condições de idoneidade moral, de aptidão funcional e de capacidade profissional - apuradas, quase sempre, mediante provas, exames e concursos - os atos que praticam são intransferíveis. No caso da consulta, por exemplo, a reformulação do plano depende de uma troca de ideias, pessoal e direta, entre o Diretor e os órgãos deste Conselho. Nem os Diretores, de um lado, nem os Conselheiros, de outro, podem equacionar e resolver o problema por meio de procuradores.

Para responder a consulta, portanto, há que fazer-se uma distinção: 1) quando se tratar de atos impessoais que devam ser praticados pela instituição mantenedora da escola, é lícito a esta fazer-se representar, mediante procuração, por pessoa física, cuja idoneidade seja reconhecida pelo Conselho, a critério irrecorrível deste; 2) quando, porém, este Conselho, por seu Presidente ou pelos Presidentes de suas Câmaras ou Comissões, convocar um aluno, professor, secretário, orientador ou diretor, quem tiver sido convocado deverá apresentar-se pessoalmente.

E isso porque, no âmbito educacional, a própria natureza da função discente, docente ou administrativa requer um relacionamento pessoal e intransferível, que não admite a intervenção de terceiros, por mais idôneos e bem intencionados que sejam.

Em vista do que foi dito, as convocações deste Conselho explicitarão, em cada caso, quando for exigida a presença pessoal do interessado e quando for facultada a representação por procurador.

Em síntese, a Escola pode, por procurador, acompanhar o andamento dos processos e tomar ciência dos neles proferidos, juntar papéis e documentos, requerer o que entender. Mas, uma vez solicitada a presença do Diretor da Escola, o comparecimento deve ser pessoal, porque só o Diretor ou - se for o caso - o Vice-Diretor terão condições de esclarecer pormenores da situação específica de cada estabelecimento.

Quando não se cogitar de questões de direito - caso em que o procurador poderá arguir as, alegações que julgar cabíveis - mas se tratar de apuração, discussão e avaliação de fato, o comparecimento do responsável pela Escola deve ser pessoal.

De resto, uma organização que tenha por função propiciar representar escolas - quase sempre distantes, como é o caso dos autos - estará impossibilitada de conhecer, em todas as minúcias e os problemas ocorrentes em cada estabelecimento. A interposição de um procurador

as tornaria monos direta o, por conseguinte, mais ambíguas, as relações entre o Conselho e as Instituições de Ensino.

II - CONCLUSÃO

Responda-se à consulente "Currículo - Escritório do Assistência Técnica à Escola S/C Ltda, nos termos deste Parecer.

São Paulo, 16 de novembro de 1.977

a) Cons^o Renato Alberto Teodoro Di Dio
-Relator-

III - DECISÃO DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS adota como sou Parecer o Voto do nobre Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Jair de Moraes Neves, José Antônio Trevisan, Paulo Gomes Romeo e Renato Alberto Teodoro Di Dio.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1977

a) Cons^o- Alpinolo Lopes Casali
= PRESIDENTE =

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Legislação e Normas, nos termos do voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", era 30 de novembro de 1977.

a) Cons. MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES - Presidente